

A POPULAÇÃO DE CEDOFEITA EM MEADOS DO SÉCULO XIX *

Por Gaspar Martins Pereira

Expansão urbana e permanências rurais

«Parecia-lhe um mundo novo; e ali, a dois passos de casa! Internou-se por pinhais e campos até perder de vista a estrada.

Parou enfim (...).

Do lugar onde parara, Carlos ouvia distintamente a voz das raparigas do campo, chamando o gado, rindo ou cantando»¹.

Charles Whitestone, figura central de *Uma família inglesa*, de Júlio Dinis, foge do bulício da cidade e embrenha-se, melancólico, por pinhais e campos. Estamos no termo da rua da Boavista, não muito longe do actual cruzamento da Avenida da Boavista com a rua de Guerra Junqueiro², e, no entanto, é-nos transmitida uma

* Este texto constitui um dos capítulos da dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea, *Estruturas familiares na cidade do Porto em meados do século XIX — a freguesia de Cedofeita*, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1986.

¹ DINIS, Júlio, *Uma Família Inglesa*, 4.^a ed., Porto, Liv. Civilização, 1967, p. 140-141.

² De acordo com as informações de OLIVEIRA, J. M. Pereira de, na sua obra *O Espaço Urbano do Porto*, Coimbra, 1973, p. 304-305, a rua da Boavista, que em 1835 apenas estava construída entre o Campo da Regeneração e a rua de Santa Isabel, só por 1854 atingiria a zona de encontro das ruas de Bessa Leite e de Pedro Hispano e Tenente Valadim.

forte impressão de ruralidade. Poderíamos desconfiar do bucolismo romântico de Júlio Dinis, mas a linguagem das plantas topográficas da época confirma a existência de vastos espaços verdes dentro do perímetro urbano. Apesar do contínuo alargamento da malha urbana, o espaço ocupado por quintais, campos, casais, matas e quintas continua a dominar o miolo das artérias que se vão rompendo. Na freguesia de Cedofeita existem pelo menos 11 grandes *quintas* em meados dos séculos: a do *Pinheiro*, da baronesa de Sanhoane³, a de *Santo Ovídio*, do visconde de Beire, a quinta mais importante da cidade⁴, a do *Melo*, do visconde de Veiros, nas Águas Férreas, a de Ribeiro *Braga*, na praça Coronel Pacheco, a do *Priorado*, a *Amarela*, no Carvalhido, a dos *Tartulhos*, na Ramalda Alta, a das *Beldroegas*, eram as mais importantes.

Sobressaem no espaço da freguesia descontinuidades e diferenças funcionais flagrantes. É natural que as ruas mais urbanizadas sejam as que estabelecem ligações a estradas para o exterior: a *rua 16 de Maio* (actual rua dos Mártires da Liberdade) — *Campo da Regeneração* — *Lapa* — *rua da Rainha* (actual Antero Quental), que seguem pela estrada para Braga; *rua de Cedofeita* — *rua 9 de Julho* — *Carvalhido*, na estrada para Vila do Conde. É nestas ruas que o movimento comercial deve ter sido mais intenso, a avaliar pelo volume de lojas comerciais, estalagens e casas de pasto. Outras zonas, como Salgueiros, Bouça, Burgães, Quinta Amarela ou praça do Exército Libertador mantêm-se mais ruralizadas. Uma análise superficial dos grupos sociais por ruas permite também detectar diferenças assinaláveis. Ruas como a de Cedofeita, do Rosário, da Boavista ou do Almada são preferidas pela aristocracia mercantil e pelo alto funcionalismo, enquanto outras como a trav. de S. Paulo, a rua do Breiner, a rua dos Bragas ou a Lapa mostram uma mais forte ocupação por elementos das camadas mais pobres.

Por meados do século o Porto mantém ainda fortes traços da cidade de Antigo Regime.

«Em 1850 — escreve Ramalho Ortigão nos anos 80 —

³ Aí reside em 1856, segundo o rol de confessados, o romancista Camilo Castelo Branco.

⁴ PINHO LEAL, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 7, Lisboa, Matos Moreira & C.^ª, 1876, p. 492 e 499, diz que a «quinta é a mais vasta que existe n'esta cidade» e que o palácio «é a mais agradável vivenda do Porto».

o Porto parecia-se mais com o estreito e cavo burgo medieval que Garrett descreve no *Arco de Sant'Ana*, do que com a cidade comercial, civilizadamente cosmopolita, incaracterística e banal, que hoje é»⁵.

A cidade amuralhada, concentrada entre a Praça de D. Pedro e o rio, não perdera as suas características essenciais com a abertura radioconcêntrica do urbanismo de João Almada do fim do século XVIII⁶. A abertura da cidade veio reforçar a ligação com o mundo rural envolvente, através de fluxos de gentes e produtos.

Quotidianamente os lavradores dos arrabaldes continuam a acorrer à cidade para levantar os «estrumes», vender os produtos agrícolas nas múltiplas feiras e mercados que o Porto possui, comprar artefactos ou alguns alimentos, como bacalhau ou arroz. Porcos, cabras, ovelhas e galinhas continuam a misturar-se nas ruas com as crianças, os cães, as bancas dos tendeiros, os artesãos em trabalho, numa simbiose tradicional, que as posturas camarárias da época deixam perceber⁷. A rua continua a ser, em grande medida, a continuidade do espaço doméstico entre as camadas populares.

Crescimento da população e expansão urbana

O *crescimento da população* e das actividades urbanas conduz, a partir da segunda metade do séc. XVIII, a transformações importantes na arquitectura e urbanismo. Por um lado, a sobrepopulação do centro urbano, constituído pelas freguesias da Sé, Vitória e S. Nicolau, obriga à construção em altura, por vezes de faixas muito estreitas, o que dá às «*tiras*» portuenses um aspecto arquitectónico original.

Descrevendo a casa típica do Porto, Arnaldo Gama, por meados do séc. XIX, escrevia:

⁵ ORTIGAO, Ramalho, no *Prefácio* à edição monumental do *Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco, publicado em 1889, e reeditado em *Figuras e Questões Literárias*, 2.^a ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1945, p. 231-232.

⁶ MANDROUX-FRANÇA, Marie Thérèse, *Quatre phases de l'urbanisme de Porto au XVIII^e. Siècle*. «Colóquio-Artes», Lisboa, Junho 1972.

⁷ Veja-se por exemplo o conjunto de posturas camarárias publicadas em 1839. 05.25. AHMP, *Livro das Próprias*, n.º 70.

«Não a representeis palácio ou casa de construção elegante e regular: imaginai uma casa grande de três andares, da clássica construção portuense, — casa de alforge, sala para diante e sala para trás, com escada ao meio, alumada por clara-bóia nas águas-furtadas»⁸.

O rés-do-chão era afectado vulgarmente pela loja comercial ou oficina. Com o crescimento demográfico, o espaço interior da casa, dividido por andares, facilitou a sua ocupação por vários fogos⁹.

A outra alternativa propõe a extensão da área urbanizada extra-muros ao longo de vias de circulação que o plano dos Almadas abria em vários sentidos, não sem alguma censura dos contemporâneos¹⁰.

Poderíamos situar nesse momento as origens do desenvolvimento urbanístico da freguesia de Cedofeita. A abertura e regularização de ruas e praças constituíram a fase mais importante de imposição de uma estrutura urbanizada a esta zona então eminentemente rural, contribuindo para criar um dinamismo demográfico sem precedentes. Recorde-se que, nas *Memórias Paroquiais* de 1758, a freguesia mantém ainda uma organização espacial muito ruralizada. São aí referenciadas apenas 6 ruas (Ferradores, St.º Ovídio, Quartéis, Nova dos Quartéis, Cruz e Cano de Água), das quais a maior conta com 76 vizinhos, 6 lugares, 10 aldeias e 5 sítios¹¹. Já em 1822, o *Mappa das Assembleas Eleitoraes*, publi-

⁸ GAMA, Arnaldo, *O Génio do Mal*, vol. I, cap. I, citado por PIMENTEL, Alberto, *O Porto na Berlinda*, Porto, Chardron, 1894, p. 39.

⁹ Para 1832 o *Recenseamento dos Bairros* do Porto permite-nos verificar quer a amplitude da construção em altura nas diversas ruas, quer a frequente ocupação dos andares por famílias diferentes. Já em fins do século XVIII, COSTA, L. A. Rebelo da, *Descrição...*, Porto, 1789, p. 27, exagerando um pouco a situação, escrevia sobre a altura das casas: «Ordinariamente são de três andares, muitas de quatro e algumas de cinco, além das sobrecozinhas e lojas subterrâneas». De facto, só em torno da Praça da Ribeira é que se verificava tal vulgaridade dos prédios de 3 e mais andares. A abordagem dos espaços residenciais constitui outro capítulo da nossa dissertação de mestrado.

¹⁰ COSTA, L. A. Rebelo da, *o. c.*, p. 46, considerando um afrouxamento da construção civil após 1785, critica o plano de «multiplicar o número das ruas..., pois será impossível occuparem-se todos estes innumeraveis terrenos no decurso d'um século...».

¹¹ Transcrito em *Memórias paroquiais na divisão administrativa do Porto em 1758 — Cedofeita*. «O Tripeiro», Porto, VI série, ano V, 1965, p. 311-313.

cado pela Câmara do Porto, assinala uma organização espacial semelhante à que encontraremos em meados do século. A maior parte dos sítios, aldeias e lugares tinham dado origem a ruas, travessas, largos e praças¹². (QUADROS 1 a 4)

Em meados do séc. XIX, a população da freguesia quase quadruplicara em relação a cem anos antes. Tal crescimento não é, no entanto, regular.

O maior crescimento verifica-se na segunda metade do século XVIII. As sucessivas situações de crise que afligiram a cidade desde finais do séc. XVIII até meados do século XIX — crise alimentar de fins do século XVIII, invasões francesas, guerra civil e *colera morbus* em 1832-34, perturbações dos anos 40 — vieram travar o dinamismo demográfico anterior. Em 1841, as alterações na divisão administrativa das freguesias do Porto reduzem substancialmente a área da freguesia de Cedofeita, que fica a contar com 1936 fogos¹³, menos do que comportava 5 anos antes. Só após meados do século assistiremos a novo salto que fará duplicar novamente a população em menos de 30 anos. (QUADRO 5)

No momento em que nos situamos, a população da freguesia parece atravessar um período de estagnação demográfica. Como veremos, o número de casas vazias representa então cerca de 12% do parque habitacional e nas casas ocupadas não se verifica uma sobreocupação acentuada, se excluirmos as «ilhas», estas mesmas sem a compressão que virão a manifestar nas décadas seguintes.

A mobilidade da população

O *dinamismo interno da população urbana* entre o centro e a periferia, a par da constante chegada de gentes de meios rurais, justificam em grande parte os ritmos de crescimento da freguesia. Situada no termo do centro urbano, absorve, por um lado, parte da população que não consegue encaixar-se nas freguesias centrais, por outro lado, começa a ser preferida pela aristocracia mercantil que aí busca espaços residenciais mais vastos, que não se encon-

¹² «Borboleta Constitucional», Porto, n.º 229, 1822.10.11.

¹³ JORGE, Ricardo, *Origens e desenvolvimento da população do Porto*, Porto, 1897, p. 103-104.

tram no centro, e pelas camadas médias que aí poderão encontrar casas mais baratas e melhores, e, enfim, pelos *imigrantes* recém-chegados. É sobretudo à custa destes últimos que a freguesia cresce ao longo do séc. XIX. A guerra civil e a *colera morbus* esvaziaram muitas das casas do centro urbano, sendo possível que, na segunda metade dos anos 30, se verificasse um fluxo da periferia para o centro.

A naturalidade dos noivos que casaram na paróquia em 1846-47 e em 1861-62 mostra-nos que, nos dois períodos, mais de metade dos homens é cerca de um terço das mulheres provêm de freguesias de fora do Porto. (QUADRO 6)

Não é obviamente o casamento o motivo principal da deslocação para a freguesia. De resto, a área do namoro parece ter sido relativamente restrita, pois cerca de um terço a metade dos casamentos realiza-se entre rapazes e raparigas da mesma rua. (QUADRO 7)

Se analisarmos a residência dos noivos antes do casamento, verificamos que só cerca de 5% vêm de fora da cidade para casar na paróquia e que a maioria já aí reside nessa altura. (QUADROS 8 e 9) Vem-se para a cidade cumprir o serviço militar, em busca de trabalho ou melhores condições de vida, por vezes em escala para paragens mais longínquas, para lá do mar, onde o Brasil continua a despertar o sonho dourado da «árvore das patacas». Vem-se para a cidade estudar ou ocupar cargos administrativos. Vem-se para a cidade ocultar o filho de «amores ilegítimos», cumprir a pena na Relação, buscar a cura nos hospitais da caridade. Em muitos casos já não se volta à terra.

Esta mobilidade parece, de facto, ser maioritariamente definitiva. Se assim não fosse, encontraríamos entre os mais idosos percentagens mais elevadas de pessoas originárias da cidade. Ora, uma leitura dos óbitos da freguesia, divididos em grandes grupos etários, dá-nos percentagens crescentes de forasteiros. (QUADRO 10)

A mesma tendência, naturalmente muito mais acentuada, aparece-nos na análise dos óbitos ocorridos no Hospital de Santo António, todos eles das camadas mais pobres e em grande parte originários de fora da cidade. (QUADRO 11)

O Porto é, em contrapartida, o grande *cais da emigração* do reino. Da cidade embarcam todos os anos para o Brasil milhares de indivíduos. O movimento acelera-se por meados do século, altura em que o tráfico de escravos negros para o Brasil decresce

abruptamente¹⁴. Os temas da «*escravatura branca*» e do «*engajamento*» passam a figurar entre as questões que mais preocupam a opinião e as autoridades da época. No seu relatório apresentado à Junta Geral do Distrito, o governador civil do Porto, barão de Valado, escrevia a propósito do «*contracto clandestino*» ou «*engajamento a frete*»:

«Este contracto é o que hoje está mais em voga. Uma grande parte dos colonos embarcam negando esta qualidade, e a título de passageiros. São elles os primeiros, que de tal sorte fascinados e instruídos pelos aliciadores, declaram perante a Authoridade nos seus requerimentos para a concessão dos passaportes, que não vão contractadas, e que já pagaram a sua passagem, ou que tem parentes no Brasil, que os mandam ir, e lh'a pagam logo que que ali aportem. Estes desgraçados deixam a Patria sem saberem o serviço, em que serão empregados, nem o preço e duração d'este»¹⁵.

Em 1855 saem da barra do Porto 7254 emigrantes para o Brasil¹⁶, sem contar a emigração clandestina que deveria ter elevado este número para além dos 10 000¹⁷.

Poucos regressam com condições de criar a imagem do «*brasileiro*», mas o certo é que ela se impôs aos olhos dos contemporâneos. A imagem é reforçada pelo próprio «*modus vivendi*» aparatoso e opulento de alguns retornados, pelas constru-

¹⁴ GODINHO, Vitorino Magalhães, *L'émigration portugaise (XVe.-XXe. siècles), une constante structurelle et les réponses aux changements du monde*. «Revista de História Económica e Social», Lisboa, n.º 1, Jan.-Jun. 1978, p. 10.

Entre 1840 e 1850, o Brasil recebe cerca de 33 500 escravos negros por ano; em 1851, apenas 3 287. Antes de 1855, o caudal emigratório português para o Brasil rondaria os 4-5 mil, quase todos saídos da barra do Porto.

¹⁵ VALADO, Barão de, *Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Porto*, Porto, 1857, p. 15-16.

¹⁶ FREITAS, Rodrigues de, *Notice sur le Portugal*, Paris, 1867, p. 10.

¹⁷ OLIVEIRA MARTINS, *em Fomento Rural e Emigração*, calcula a emigração clandestina entre 1866 e 1888 em cerca de metade a um terço da emigração total. Em nosso entender, no período anterior, a proporção da emigração clandestina deveria ter sido ainda maior.

ções exuberantes e coloridas de azulejos e fachadas recortadas, que Júlio Dinis caracteriza em relação ao Bairro Oriental da cidade¹⁸. Em Cedofeita, onde o seu número não é tão elevado, contam 29 famílias, vivendo todas elas em casas independentes, com uma média de quase 2 criados por fogo. Negociantes e/ou proprietários, alguns deles dispõem de grandes quintas nos arrabaldes da cidade, como José da Costa Dourado, morador na Boavista e proprietário da *Quinta do Dourado* em S. Mamede de Infesta.

As actividades mercantis dos «brasileiros» associam-se frequentes vezes a negócios mais escuros, como as práticas de cunhagem de moeda falsa e de engajamento, com que Camilo ilustra muitos dos seus romances e novelas.

Qualquer abordagem da população urbana não pode desprezar a intensa *mobilidade interna* dentro da área da cidade. Mobilidade que parece ter sido particularmente nervosa entre as camadas populares, segundo nos foi dado averiguar através dos róis de confessados de Cedofeita, mas também importante entre as camadas da pequena e média burguesia. Tal mobilidade parece prender-se, antes de mais, a estratégias individuais implicadas nos processos de manutenção das unidades domésticas. Vejamos um exemplo. António Avelino da Costa, filho do «industrial» Domingos José da Costa, nasce em 1816 na *rua dos Quartéis da Torre da Marca*, então pertencente à freguesia de Cedofeita. É o mais novo dos 6 irmãos (3 rapazes e 3 raparigas). Tem 8 anos, quando a família se muda para a *praça dos Ferradores* (actual Carlos Alberto), para que o irmão Faustino, de 21 anos, recém formado, aí pudesse exercer a advocacia. Nessa casa moraram até 1835, altura em que mudam para *outra casa na mesma praça*. Em 1837, o irmão advogado casa-se e abandona o lar paterno. Logo no ano seguinte, a família muda-se para o 280 da *rua do Almada*. Em 1846 morre o pai e em Maio de 1851 a mãe. Quatro meses mais tarde, António Avelino, então com 35 anos, casa-se com D. Rita Teresa de Jesus, viúva, de 46 anos. No ano seguinte, deixa as irmãs na casa da rua do Almada e aluga um 2.º andar no *Campo da Regeneração*. Apenas por um ano. No S. Miguel seguinte está já no n.º 154 da *rua da Boavista*, onde permanece até 1861, mudando-se então para o n.º 234 da *mesma rua*. Em Março de 1865, as irmãs saem da casa da rua do

¹⁸ DINIS, Júlio, *o. c.*

Almada e vêm viver com António Avelino e com a mulher até ao S. Miguel, altura em que alugam casa na *rua de Cedofeita*. Em Abril de 1866, morre a mulher de António Avelino e este reúne-se às irmãs até alugar casa na rua do *Príncipe*, em Setembro¹⁹. Em 50 anos, António Avelino da Costa passa por 9 casas diferentes.

As incertezas demográficas

Uma mobilidade tão forte, uma população flutuante considerável, cria problemas praticamente insolúveis, quando se busca o rigor da análise demográfica. Numa dada geração só uma minoria é descendente da geração anterior da mesma cidade. Neste sentido, como já foi salientado, «falar da população de uma dada cidade não é, a partir do séc. XIX, senão um abuso de linguagem»²⁰. As taxas de natalidade, nupcialidade, mortalidade ou reprodução têm de ser encaradas como indicadores grosseiros, com uma significação muito limitada.

Considerando a estrutura da população por sexos, deparamos com *relações de masculinidade muito fortes*, bastante acima das médias nacionais²¹. (QUADRO 12)

Sob este aspecto, a população de Cedofeita de meados do século passado parece mais próxima da estrutura de Antigo Regime. A persistência de uma forte atracção feminina para o serviço doméstico urbano, a emigração maioritariamente composta por homens e o desenvolvimento industrial e urbanístico posterior, a par do refluxo do trabalho doméstico são factores a ter em conta na explicação do evoluir da relação de masculinidade.

Observando agora a pirâmide etária de 1864, à falta de dados anteriores mais próximos do momento em que situamos o nosso estudo, deparamos com uma base relativamente estreita em comparação com o alargamento dos grupos etários correspondentes às classes activas. Com duas excepções (11-15 e 21-25 anos), a

¹⁹ AHMP (Fundo Malta e Costa), *Várias lembranças que faz António Avelino da Costa*, mss n.º 2872.

²⁰ GUILLAUME, P., POUSSOU, J.-P., *Démographie historique*, Paris, 1970, p. 282.

²¹ Para 1801, SOUSA, Fernando de, *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, Porto, 1979, aposta para 94.3 e o censo de 1864 apresenta uma relação de masculinidade de 91.9.

relação de masculinidade é bastante baixa. Tais grupos deverão corresponder ao início do aprendizado masculino e ao serviço militar. O serviço doméstico feminino, por outro lado, poderá explicar o maior número de mulheres. Regista-se na pirâmide a «classe vazia» dos 31-35 anos, correspondente ao período de nascimentos dos anos da guerra civil. De realçar também os valores muito baixos dos grupos etários superiores a 50 anos.

(FIGURAS 1 e 2)

Com uma população de 7634 pessoas em 1848 e um número médio de 270 baptismos no quinquénio correspondente, a *taxa bruta de natalidade* rondaria os 35⁰/₀₀, um pouco acima da média nacional²². A *taxa bruta de nupcialidade* rondaria os 8⁰/₀₀, próxima realidade nacional²³, enquanto a *taxa de mortalidade* (21.5⁰/₀₀) se revelava um pouco inferior²⁴. Devemos, no entanto, suspeitar deste número, dada a alta mortalidade hospitalar e dos expostos, que deveriam elevar muito a mortalidade urbana. Deve também salientar-se o elevado número de óbitos infantis, como aliás era vulgar no país. Não possuímos dados que nos permitam apontar para meados do século a taxa de mortalidade infantil (por falta do livro de registo de baptismos), mas sabemos pelos registos de óbitos que os de menores de 7 anos representam metade a um terço do total dos óbitos ao longo da primeira metade do século, apesar da tendência para decrescer essa proporção. (FIG. 3 e QUADROS 13 e 14)

São frequentes o *concubinato* e a *ilegitimidade*. Os baptismos de filhos ilegítimos situam-se entre os 10 e os 20% do total, por meados do século. (QUADRO 15)

Estes valores situam-se, no entanto, muito abaixo da realidade, pois não contemplam, quer os ilegítimos expostos por mães da freguesia, quer os que nascem no Hospital de Santo António. Estes últimos apresentam percentagens de ilegitimidade da ordem dos 75-80%. (QUADROS 16 e 17)

²² Para 1862, segundo os dados coligidos por SERRÃO, Joel, *Demografia Portuguesa*, Lisboa, 1973, p. 179-180, a taxa de natalidade nacional rondaria os 32.5 a 33⁰/₀₀. Para o Porto, SOUSA, Fernando de, *o. c.*, p. 264, calcula para 1801 uma taxa de natalidade de 31.2⁰/₀₀.

²³ Para 1862 rondaria os 6.75⁰/₀₀, segundo dados de SERRÃO, Joel, *o. c.*, p. 179. Para 1801, SOUSA, Fernando de, *o. c.*, p. 265, fornece-nos a taxa de 5.9⁰/₀₀ para a cidade do Porto.

²⁴ A taxa de mortalidade no país andaria em torno dos 23⁰/₀₀. Vide SERRÃO, Joel, *o. c.*, p. 179.

FIG. 1: PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO DE CEDOFEITA EM 1864

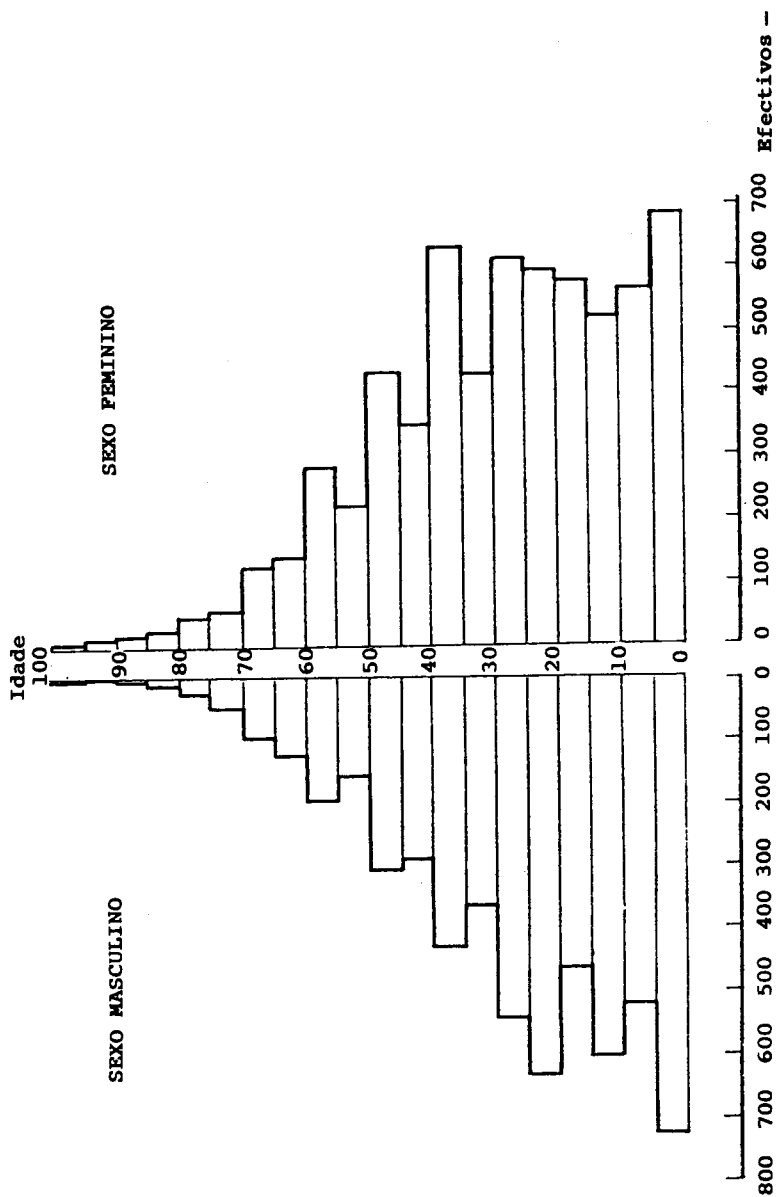


FIG. 3: CASAMENTOS, NASCIMENTOS E ÓBITOS EM CEDOFEITA (1820-1862)

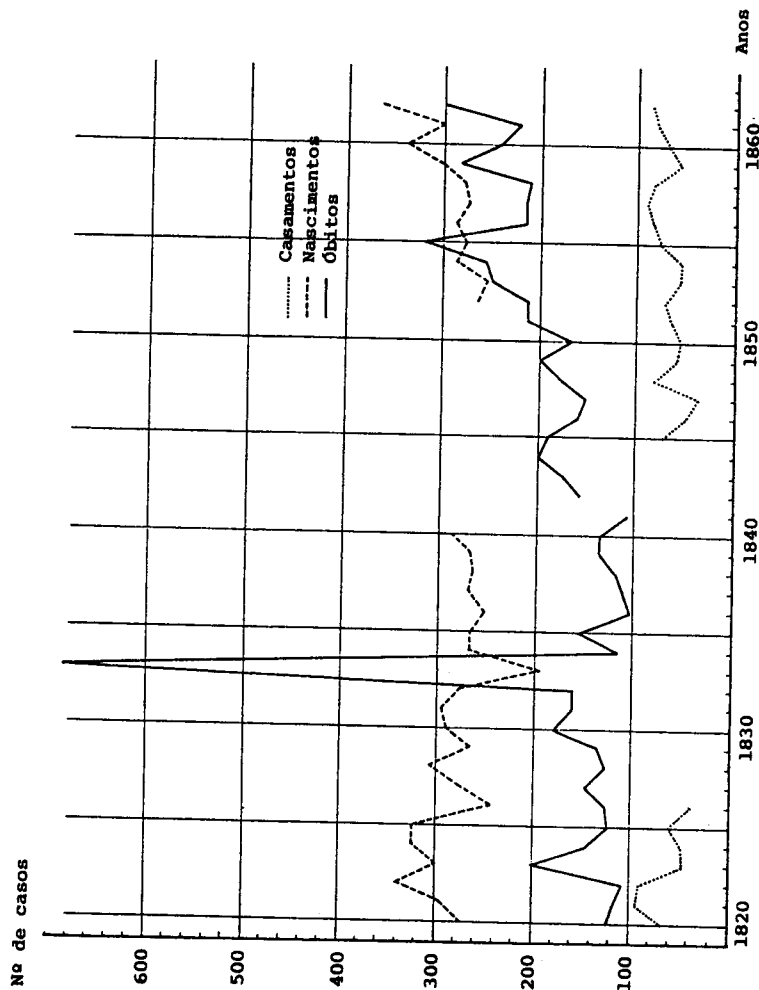
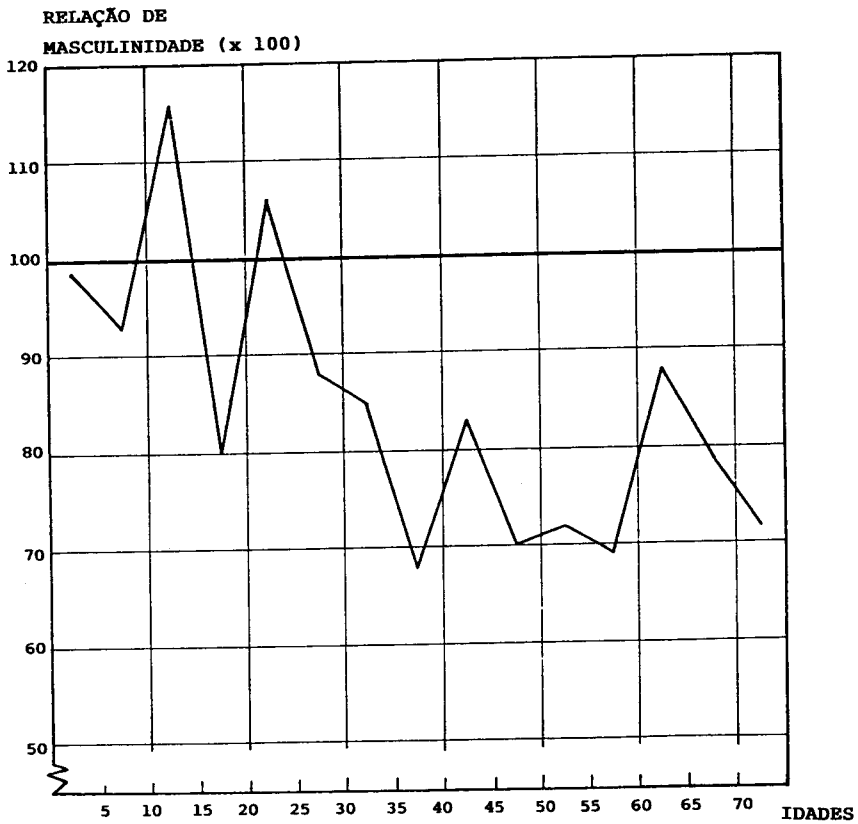


FIG. 2: RELAÇÕES DE MASCULINIDADE POR GRUPOS DE IDADES EM CEDOFEITA SEG. O CENSO DE 1864



A ilegitimidade não pode dissociar-se do problema do concubinato, que na freguesia atinge valores bastante elevados, sobretudo entre as camadas populares. Como seria de esperar, as informações são, a este respeito, muito superficiais, mas pudemos verificar que, em 1857, dos 89 casamentos realizados na paróquia, 17 explicitavam coabitação anterior dos noivos, dos quais 14 casos possuíam já filhos (25 no total). Estes cerca de 20% de uniões livres explicitadas com o objectivo, na maior parte dos casos, de legitimação dos filhos, devem indiciar-nos um número bem maior de situações congêneres, que, na ausência de filhos, obviamente tenderiam a ser encobertas. Se é certo que um número frequente de ilegítimos resultaria de relações juvenis imprudentes, a maioria parece resultar de relações mais permanentes, sobretudo entre as camadas populares, relegando-se muitas vezes o casamento e a legitimação dos filhos para o leito da morte. De realçar o peso relativo dos soldados na ilegitimidade verificada na freguesia. Apuramos para 1861-62 as profissões dos pais de 48 dos 82 ilegítimos baptizados na paróquia, bem como das mães que fizeram o parto no Hospital de Santo António em 1860. Reproduzimos as designações dos registos, sem a preocupação de as corrigir ou agrupar, pois que o objectivo é assinalar a forte componente popular do fenómeno da ilegitimidade. (QUADROS 18 e 19)

Em nosso entender, a extensão de relações de concubinato, aliada à baixa relação de masculinidade, mais do que a sobrevivência de hábitos tradicionais, explicam o *casamento tardio*, em torno dos 27 anos. (QUADRO 20)

Se analisarmos agora as *idades de casamento segundo as profissões dos noivos* deparamos com uma situação fortemente diversificada. Assim, como prevíamos, as idades de casamento entre as camadas populares mais desfavorecidas situa-se nos 29-30 anos para os homens e 27 para as mulheres. Por razões diferentes, os homens das camadas superiores (proprietários, negociantes, profissões liberais) casam também muito tarde, tal como as mulheres de proprietários. Não devem ser alheias a esta situação razões de salvaguarda do património, mas é também de ter em conta a mobilidade social de cada indivíduo ao longo do seu ciclo de vida. À medida que se avança na idade pode, em certas situações, subir-se na escala social: por actividade própria ou por herança. Entre a aristocracia mercantil e o funcionalismo, as mulheres casam bastante cedo. Não se lhes colocam grandes

dificuldades de constituição do dote e o futuro, por outro lado, está salvaguardado pela posição social dos seus maridos.

É entre as camadas de pequena burguesia urbana e dos trabalhadores mais favorecidos que os níveis etários são simultaneamente paralelos entre os noivos e relativamente baixos: 25 anos para os homens e 22-25 anos para as mulheres. (QUADRO 21)

As actividades económicas e o quadro social-tradição e ruptura

Cedofeita é, no séc. XIX, uma freguesia tipicamente urbana (QUADRO 22) pelas suas actividades, se entendermos por urbana uma situação (QUADRO 23) de fraca importância das actividades ligadas à agricultura, com um peso bastante forte dos sectores secundário e terciário, e, em especial, com uma grande diversidade de ocupações. Mas, saliente-se a *resistência das actividades artesanais* no quadro das estruturas de produção de Antigo Regime. Não é, aliás, de estranhar uma tal situação, pois ela parece generalizada em todas as grandes cidades da Europa com tradição artesanal importante. Relativamente a Londres de 1851, François Bédarida escreveu:

«(...) a indústria ocupa um lugar essencial na actividade económica, pois dá trabalho a perto de metade da população. Só que não se trata de modo algum de ramos novos e impetuosos da manufactura moderna. Em Londres não se ouve nem o barulho das máquinas nem o rumor das grandes fábricas. A capital permanece uma cidade de pequenas indústrias tradicionais»²⁵.

Em Cedofeita, a indústria revela-se a principal actividade dos seus habitantes, tal como deveria acontecer em toda a cidade, a qual domina, até inícios da década de 1840, o parque industrial português²⁶. Predomina a *indústria domiciliária*, o *pequeno artesanato independente e disperso*, em que o mestre comunga ainda, em

²⁵ BÉDARIDA François, *Londres au milieu du XIXe. siècle: Une analyse de structure sociale*, «Annales E.S.C.», Março-Abril 1968, p. 273.

²⁶ SERRÃO, Joel, *Temas Oitocentistas — I*, 2.^a ed., Lisboa, 1980, p. 83.

frequentes casos, a mesa, o trabalho e a casa com oficiais e aprendizes. As «fábricas», não no sentido da moderna indústria fabril maquinofactureira, com energia a vapor e máquinas, mas na forma das manufacturas tradicionais, com divisão de trabalho e concentração de trabalhadores assalariados em locais de produção separados das unidades residenciais, não deveriam ultrapassar umas 30 a 40. Fábricas de cal, de sebo, de louças, de artefactos de ferro e, sobretudo, de tecidos compunham então o parque industrial da freguesia. O número de operários por unidade não deveria ultrapassar muito a dezena e os processos de produção eram ainda fundamentalmente tradicionais.

Para 1860, o *Relatório do Governador Civil* aponta-nos 36 fábricas de tecidos (27 de algodão, 7 de seda e 2 de algodão, seda e lã) na área da freguesia, que empregam no conjunto 646 operários (306 homens, 240 mulheres e 100 rapazes), ou seja, perto de 18 trabalhadores por unidade. Apenas 5% do total dos teares utilizados nessas fábricas são modernos (à Jacquard). Cite-se ainda uma observação importante que acompanha o quadro a que nos referimos:

«Fóra dos Estabelecimentos occupam-se bastantes pessoas de ambos os sexos em diversos mesteres para o fabrico, como tintureiros, cardadores, dobadeiras, carpinteiros, liceiros, etc.»²⁷.

Será preciso esperar pelo último quartel do século para que o movimento industrial fabril acelere e se imponha às formas de produção artesanais.

A actividade comercial ocupa uma importância excessiva (mais de 20% dos chefes de família trabalham no comércio), se considerarmos a situação da freguesia, relativamente distanciada do centro comercial da cidade, então situado na zona ribeirinha. Recorde-se, no entanto, que Cedofeita começa a ser preferida, como zona residencial, pela aristocracia mercantil. Cerca de metade das pessoas da freguesia ligadas ao comércio podem considerar-se

²⁷ GOUVEIA, Visconde de, *Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito do Porto*, Porto, 1860.

entre a alta e média burguesia (contando perto de meia centena de nacionais e outros tantos «brasileiros» e ingleses).

Com um peso importante revela-se também o conjunto de *militares* que atinge os 16% do total.

Nas classes em que agrupamos as várias situações socio-profissionais é de estranhar o peso da pequena burguesia (cerca de 45%) sobretudo em relação à base da pirâmide social. Refira-se, no entanto, que, entre aqueles cuja ocupação não foi possível apurar, a maior parte seria composta por indivíduos das classes mais baixas, com ocupações incertas ou mesmo sem ocupação, devendo fazer aumentar esta classe para os 55% e reduzir a pequena burguesia para os 35%. As fontes utilizadas só nos permitem ter em conta a situação dos cabeças de casal masculinos. O estudo da população total, com a inclusão do pessoal doméstico e das mulheres trabalhadoras revelaria decerto uma redução relativa ainda maior das camadas médias e um aumento proporcional das camadas pobres. (Quadro 24)

É, de resto, essa imagem que ressalta da leitura das listas eleitorais da época, dado o sistema censitário em que assentam. Dos cerca de 1350 chefes de família (excluindo os estrangeiros, mulheres e menores de 25 anos solteiros e os criados) só menos de um terço estão recenseados em 1847²⁸, sendo, pois, os restantes excluídos por não usufruírem rendimentos colectáveis iguais ou superiores a 100 000\$ anuais, ou todos os trabalhadores (excluindo os empregados públicos) por conta de outrem, que não contassem com mais que o seu salário para se sustentarem. (QUADRO 25)

O quadro deixa perceber uma acentuada desproporção da distribuição da riqueza. Quase 70% dos casos considerados vivem com um mínimo inferior ao rendimento colectável e mais de 90% da população usufrui cerca de 30% da riqueza, enquanto menos de 10% detém cerca de 70% do conjunto de rendimentos.

Se excluirmos o caso do visconde de Beire, proprietário da Qt.^a de St.^o Ovídio, ex-governador civil, pertencente ainda à nobreza tradicional, todas as grandes fortunas estão nas mãos de negociantes/proprietários, alguns deles detentores de títulos de

²⁸ AHMP, *Recenseamento eleitoral de 1847*, mass s/n. Não foram considerados os 126 militares com obrigação de voto do Quartel de Santo Ovídio, dado que também não foram contemplados na contagem da população.

fresca data, integrando a oligarquia dirigente da vida económica e política da cidade.

Uma análise mais profunda revelaria entre estas famílias *relações de parentesco e aliança*, mas mesmo superficialmente, quer através dos registos de estado civil, quer através dos róis de confessados, é visível uma intensidade de relações entre tais famílias. Veja-se o caso flagrante do conjunto de 3 agregados domésticos vizinhos na Rua de Cedofeita, compostos por cerca de 14 pessoas por fogo, com um conjunto de 17 criados, tendo entre si relações de parentesco e/ou aliança e constituindo entre si uma sociedade comercial relativamente importante («Figueiredo, Perry & C.^a»).

Ao longo do século XIX, apesar da permanência de unidades produtivas tradicionais, vamos assistindo a uma separação — gradual e lenta, é certo, mas contínua — entre as funções produtivas e as restantes funções da unidade doméstica. O movimento parece articular-se com a acção da burguesia libetal que, na esfera da política local, busca a demarcação eficaz entre o público e o privado, no sentido da defesa intransigente da aplicação dos direitos de liberdade e de propriedade. Daí que se vá restringindo as funções «públicas» do lar — leia-se, aquela em que este melhor se articulava com a comunidade —, a par da privatização das outras funções. Não só se vai estabelecendo a *ruptura entre local de residência e local de trabalho*, mas também, e em consequência, uma diferenciação social cada vez mais profunda do espaço. Os patrões da indústria já não coabitam com os seus operários como fazem ainda os artesãos tradicionais com os seus oficiais e aprendizes, nem sequer no mesmo meio residencial. Não cabe aqui tratar das consequências deste movimento que remetem quer para o surgimento de consciências de classe, quer para uma nova consciência do tempo e do espaço, quer para hábitos de classe diferenciados nas questões domésticas de relação entre os sexos e entre pais e filhos. O surto das associações de classe dos anos 50 não terá aqui uma das duas explicações? Por outro lado, que alterações não teriam provocado no artesão que se transforma em operário a saída de casa para começar a trabalhar na fábrica às 5 horas no verão ou às 7 no inverno até às 8 ou 9 horas da noite²⁹? Mas, estamos ainda

²⁹ Vide GOUVEIA, Visconde de, *o. c.*

longe da generalização do movimento. O que convém fazer ressaltar é a sobreposição de tempos e ritmos de vida diferenciados que acabarão por estabelecer diversidade e mesmo rupturas nos gestos quotidianos, nas relações que o homem mantém com o espaço e com os outros homens, na sua própria consciência.

Porto, Maio de 1986

ANEXOS

QUADRO 1: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS FOGOS EM 1758

RUAS E LUGARES	N.º DE FOGOS	RUAS E LUGARES	N.º DE FOGOS
R. dos Ferradores	76	Aldeia de Fiál	2
R. de Santo Ovídio	45	Aldeia de Carvalhos do Monte	3
R. dos Quartéis	36	Aldeia do Carregal	9
R. Nova dos Quartéis	13	Aldeia do Paço	9
R. da Cruz	47	Aldeia Nova	12
R. do Cano de Agua	24	Aldeia do Bom Sucesso	8
Lugar da Póvoa	24	Sítio de Agromonte	1
Lugar da Carvalhosa	26	Sítio da Bandeirinha	1
Lugar da Pena	37	Sítio do Coxo	2
Lugar do Vilar	20	Sítio da Torrinha	2
Lugar do Carvalhido	31	Sítio da Lapa	2
Lugar do Outeiro	9		
Aldeia do Monte Cativo	17		
Aldeia de Nogueira	3		
Aldeia da Ariosa	9		
Aldeia de Salgueiros	2		
		TOTAL	470
		(INDETERMINADOS: 35) (*)	
		TOTAL	505

FONTE: *Memórias Paroquiais, 1758.*

(*) O total de fogos por lugares não coincide com o total de fogos indicado para o conjunto da freguesia. Terá o pároco indicado por lugares casas em vez de fogos?

QUADRO 2: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS FOGOS EM 1822

RUAS E LUGARES	N.º DE FOGOS	RUAS E LUGARES	N.º DE FOGOS
R. de Cedofeita	201	Beco da Carvalhosa	3
R. da Torrinha	35	Lugar da Ariosa de Nogueira	8
R. das Oliveiras	5	R. do Vilar	14
R. do Mirante	17	R. da Piedade	6
R. de Santo Ovídio	57	R. Nova do Vilar	54
Travessa do Carregal	27	R. dos Quarteis	101
Trav. da Figueiroa	4	R. do Paço	40
Calçada do Mirante	17	R. da Boa Nova	47
Praça do Mirante	5	R. da Brenha	43
Praça de Santo Ovídio	2	R. do Pombal	13
Praça dos Ferradores	15	R. do Príncipe	62
R. de Carvalhos do Monte	27	R. do Carranca	7
R. da Boavista	86	Trav. do Carranca	12
R. da Cruz	32	Beco do Paço	14
R. das Águas Férreas	2	Beco do Sampaio	8
R. das Balas	6	Campo da Torre da Marca	82
R. da Carvalhosa	10	Quartel da Torre da Marca	14
R. do Priorado	28	R. do Carvalhido	77
R. do Bom Sucesso	21	R. de Asneiros	44
R. da Igreja	6	R. do Ribeiro até ao pé do Monte Cativo	92
R. da Rainha	52	Trav. dos Arcos	11
R. da S. ^a da Lapa	36	Lugar da Casa Nova	9
R. do Rosário	52	Trav. de S. Paulo	16
Trav. das Águas Férreas	4	Lugar de Agromonte	3
Trav. dos Salgueiros	2	Lugar da Póvoa	29
Trav. do Rosário	28	Lugar da Pena	45
Trav. de Cedofeita	12	Lugar do Monte Cativo	16
Trav. da Carvalhosa	15	Aldeia Nova	8
Monte da Lapa e Olho Vivo	33	Quinta Amarela	13
Lugar de Salgueiros e Pinheiro	7		
		TOTAL	1861

FONTE: «Borboleta Constitucional», n.º 229, 1822.10.11

QUADRO 3: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS FOGOS EM 1848

RUAS E LUGARES	N.º DE FOGOS	RUAS E LUGARES	N.º DE FOGOS
R. da Igreja	8	25 de Julho e Campos	4
R. da Cruz	33	R. da Saudade	5
R. de Cedofeita	199	R. de S. Paulo	10
Tr. de Cedofeita	16	R. da Paz	38
R. dos Bragas	44	R. de Santa Isabel	2
Calç. do Mirante	1	R. do Priorado	38
Trav. da Figueiroa	10	R. da Torrinha	53
Trav. Cor. Pacheco	1	R. da Boa Hora	22
R. Cor. Pacheco	11	R. do Campo Pequeno	20
Pça. Cor. Pacheco	11	R. do Breiner	88
Trav. de S. Carlos	5	R. do Príncipe	45
R. 16 de Maio	133	R. do Rosário	60
R. do Pinheiro	54	R. da Carvalhosa	49
R. do Almada	162	Trav. da Carvalhosa	19
Campo da Regeneração	47	Trav. das Águas Férreas	3
R. de Germalde	14	R. do Melo	7
Largo da Lapa	3	Monte Cativo	13
R. de S. Brás	48	Pé do Monte	24
Trav. de S. Brás	7	Bouça	34
R. da Rainha	139	Vielas de Burgães	22
Trav. da Rainha	15	R. 9 de Julho	175
Monte da Lapa	21	Pça. do Exército Libertador	37
Salgueiros	9	R. da Natária	5
R. da Lapa	44	Trav. dos Arcos	15
R. da Boavista	103	R. da Quinta Amarela	19
		Trav. S. Paulo	51
		R. das Valas	7
		TOTAL	2011

FONTE: *Rol de Confessados de 1848.*

QUADRO 4: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS FOGOS EM 1863

RUAS E LUGARES	N.º DE FOGOS	RUAS E LUGARES	N.º DE FOGOS
R. da Igreja	9	R. da Saudade	11
R. de Cedofeita	333	R. da Paz	70
R. dos Bragas	48	R. da Torrinha	147
Trav. de Cedofeita	16	R. da Boa Hora	26
R. do Mirante	3	Campo Pequeno	108
Trav. Cor. Pacheco	1	R. do Breiner	123
R. Cor. Pacheco	13	R. do Príncipe	70
Pça. Cor. Pacheco	11	R. do Rosário	61
Trav. de S. Carlos	8	R. da Carvalhosa	89
R. Mártires da Liberdade	158	Trav. da Carvalhosa	21
R. do Pinheiro	70	Trav. da Figueiroa	3
R. do Almada	187	R. das Águas Férreas	7
Campo da Regeneração	72	Trav. das Águas Férreas	4
R. de Germalde	29	R. do Melo	7
Trav. de S. Brás	6	Monte Cativo	16
R. de S. Brás	74	R. de Burgães	15
Largo da Lapa	4	Trav. de Burgães	4
R. da Rainha	203	Beco de Burgães	2
Trav. da Rainha	20	Trav. da Bouça	29
Monte da Lapa	37	R. da Bouça	34
Salgueiros	22	R. 9 de Julho	157
R. da Lapa	51	Pça. do Exército Libertador ..	47
R. da Boavista	107	R. da Natária	4
R. do Outeiro	7	Trav. dos Arcos	18
R. do Veiga	4	R. do Arcos	8
		Qt. ^a / Sarela	19
		TOTAL	2593

FONTE: *Rol de Confessados de 1863.*

QUADRO 5: A POPULAÇÃO DE CEDOFEITA (1758-1878)

ANOS	FOGOS	HABITANTES	DIMENSÃO MÉDIA DOS FOGOS	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO DA POPULAÇÃO
1758 (a)	505	2373	4.7	—
1795 (b)	1257	5173	4.1	2.13%
1801 (c)	1312	5358	4.1	0,59%
1836 (d)	2034	7379	3.6	0,87%
1848 (e)	2009	7634	3.8	—
1864 (f)	2796	11828	4.2	2.77%
1878 (f)	3720	16093	4.3	2.22%

- FONTE: (a) *Memórias Paroquiais* de 1758.
 (b) VILAS-BOAS, Custódio José Gomes de, *Cadastro da Província do Minho*, in CRUZ, António, *Geografia e Economia da Província do Minho nos fins do século XVIII*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1970.
 (c) SOUSA, Fernando de, *A População portuguesa em 1801* (em publicação).
 (d) AHMP, *Próprias*, Livro 35 p. 421.
 (e) *Rol de Confessados de 1848*.
 (f) *Recenseamentos da População*.

QUADRO 6: NATURALIDADE DOS NOIVOS CASADOS NA PARÓQUIA DE CEDOFEITA EM 1861-62 (em %)

NOIVA \ NOIVO	CEDOFEITA	OUTRAS PARÓQUIAS DO PORTO	OUTRAS PARÓQUIAS	TOTAL
CEDOFEITA	7.88	7.88	14.55	30.30
OUTRAS PARÓQUIAS DO PORTO	3.64	11.52	14.55	29.70
OUTRAS PARÓQUIAS	3.03	4.24	31.52	38.79
NATURALIDADE INDETERMINADA	—	0.61	0.61	1.21
TOTAL	14.55	24.24	61.21	100.00

FONTE: ADP, Secção de Registo Civil, Cedofeita, Livros 7 e 8 de *Casamentos*.

QUADRO 7: NOIVOS RESIDENTES NA MESMA RUA (em %)

ANOS	%
1846-47	36.25
1861-62	44.24

FONTE: ADP, S.R.C., Cedofeita, Livros 4, 7 e 8 de *Casamentos*.

QUADRO 8: RESIDÊNCIA DOS NOIVOS CASADOS EM CEDOFEITA EM 1846-47 (em %)

NOIVA	NOIVO	CEDOFEITA	OUTRAS PARÓQUIAS DO PORTO	OUTRAS PARÓQUIAS	RESIDÊNCIA INDETERMINADA	TOTAL
CEDOFEITA		51.65	20.88	2.20	2.20	76.92
OUTRAS PARÓQUIAS DO PORTO		10.99	1.10	—	1.10	13.19
OUTRAS PARÓQUIAS		4.40	—	—	—	4.40
RESIDÊNCIA INDETERMINADA		2.20	—	—	3.30	5.49
TOTAL		69.23	21.98	2.20	6.59	100.00

FONTE: ADP, S.R.C., Cedof., Casamentos, Livro 4.

QUADRO 9: RESIDÊNCIA DOS NOIVOS CASADOS EM CEDOFEITA EM 1861-62 (em %)

NOIVA \ NOIVO	CEDOFEITA	OUTRAS PARÓQUIAS DO PORTO	OUTRAS PARÓQUIAS	TOTAL
CEDOFEITA	62.42	21.82	1.82	86.06
OUTRAS PARÓQUIAS DO PORTO	7.88	3.64	0.61	12.12
OUTRAS PARÓQUIAS	—	0.61	1.21	1.82
TOTAL	70.30	26.06	3.64	100.00

FONTE: ADP, S.R.C., Cedofeita, *Casamentos*, Livros 7 e 8

QUADRO 10: ÓBITOS EM CEDOFEITA POR SEXOS E IDADES EM 1847-48 SEGUNDO REGIÕES DE NATURALIDADE (em %)

NATURALIDADE	0-14		15-49		50 e +		TOTAL
	H	M	H	M	H	M	
PORTO	97.30	97.92	64.86	63.83	37.84	61.54	74.24
OUTRAS LOCALIDADES	2.70	2.08	35.14	36.17	62.16	38.46	25.76
TOTAL (n:)	100.00 (74)	100.00 (48)	100.00 (37)	100.00 (47)	100.00 (37)	100.00 (52)	100.00 (295)

FONTE: ADP, Secção de Registo Civil, Ced., Óbitos, Livros 3 e 4.

**QUADRO 11: ÓBITOS NO HOSPITAL DE SANTO ANTÓNIO
POR SEXOS E IDADES EM 1862, SEGUNDO REGIÕES DE NATURALIDADE**

NATURALIDADE	0-14		15-49		50 e +		TOTAL
	H	M	H	M	H	M	
	PORTO	62.50	63.16	19.84	34.45	10.10	
OUTRAS LOCALIDADES	37.50	36.84	80.16	65.55	89.90	70.41	73.38
TOTAL (n:)	100.00 (16)	100.00 (19)	100.00 (126)	100.00 (119)	100.00 (99)	100.00 (98)	100.00 (477)

FONTE: ADP, S.R.C., Hospital de Santo António, Óbitos, Livro 3

(a) Desprezados 3 óbitos de mulheres e 2 de homens com idades ou naturalidades não referenciadas.

QUADRO 12: RELAÇÕES DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO DE CEDOFEITA (1795-1878)

ANOS	RELAÇÃO DE MASCULINIDADE (×100)
1795 (a)	73.70
1848 (b)	73.59
1864 (c)	87.15
1878 (d)	89.60

FONTE: (a) VILAS-BOAS, *o. c.*
(b) *Rol de Confessados.*
(c) *Recenseamento da População de 1864.*
(d) *Recenseamento da População de 1878.*

QUADRO 13: CASAMENTOS, NASCIMENTOS E ÓBITOS EM CEDOFEITA (1820-1862):

ANOS	CASAMENTOS	NASCIMENTOS	ÓBITOS
1820	67	274	123
1821	95	297	117
1822	92	341	108
1823	48	301	202
1824	50	323	147
1825	55	323	122
1826	39	244	127
1827	(*)	277	147
1828		306	127
1829		266	136
1830		290	181
1831		295	161
1832		277	160
1833		196	687
1834		267	114
1835		267	156
1836		253	103
1837		270	113
1838		267	120
1839		269	135
1840		286	133
1841		(*)	106
1842 (**)			157
1843			174
1844			201
1845	72		191
1846	52		159
1847	39		152
1848	81		176
1849	63		199
1850	56		167
1851	63		216
1852	71	263	246
1853	56	255	248
1854	55	286	255
1855	77	275	320
1856	83	286	214
1857	90	273	215
1858	83	278	211
1859	58	301	282
1860	68	337	241
1861	79	297	222
1862	86	363	298

FONTE: A.D.P., Secção de Registo Civil, Cedofeita, Livros de *Baptismos, Casamentos e Óbitos*.

(*) Os livros de registo paroquial correspondentes a estas lacunas foram roubados da Igreja em 24.11.1864.

(**) A partir de Janeiro de 1842 entra em vigor o Decreto que estabelece novos limites da freguesia.

QUADRO 14: ÓBITOS EM CEDOFEITA (1820-48). PROPORÇÃO DOS MENORES DE 7 ANOS

ANOS	ÓBITOS DE MENORES	ÓBITOS-TOTAL	PROPORÇÃO DE ÓBITOS DE MENORES
1820-21	121	240	50.4
1830-31	123	342	36.0
1840-41	91	239	38.1
1847-48	113	328	34.5

FONTE: ADP, S.R.C., Ced., *Obitos*, Livros 3 e 4; *Misto* 10.

**QUADRO 15: BAPTISMOS DE ILEGÍTIMOS EM CEDOFEITA
(1820-1862)**

ANOS	TOTAL DE BAPTISMOS	BAPTISMOS DE ILEGÍTIMOS	% DE ILEGÍTIMOS
1820-24	1536	119	7.75
1825-29	1416	144	10.17
1830-34	1325	104	7.85
1835-39	1326	93	7.01
1853-57	1375	202	14.69
1858-62	1576	253	16.05

FONTE: ADP, S.R.C., Hospital de Santo António, *Baptismos*, Livro 1.

QUADRO 16: NASCIMENTOS NO HOSPITAL DE SANTO ANTÓNIO E % DE ILEGÍTIMOS EM 1848-50

ANOS	TOTAL	ILEGÍTIMOS	% DE ILEGÍTIMOS
1848	181	138	76.24
1849	197	145	73.60
1850	250	197	78.80

FONTE: ADP, S.R.C., Ced., *Baptismos*, Livros 5, 6 e 8; *Mistos*: Livros 10 e 11.

**QUADRO 17: EXPOSTOS ENTRADOS NA «RODA» DO PORTO
(1820-1865)**

ANOS ECONÓMICOS	N.º DE EXPOSTOS	ANOS	N.º DE EXPOSTOS
1820-21	1741	1844-45	954
1821-22	1849	1845-46	1026
1822-23	1682	1846-47	1291
1823-24	1713	1847-48	1233
1824-25	1770	1848-49	1302
1825-26	1776	1849-50	1214
1826-27	1783	1850-51	1285
1827-28	1819	1851-52	1273
1828-29	1769	1852-53	1352
1829-30	1890	1853-54	1309
1930-31	1894	1854-55	1356
1831-32	2036	1855-56	1049
1832-33	992	1856-57	1288
1833-34	1104	1857-58	1338
1834-35	1602	(a)	
1835-36	1631	1858-59	965
1836-37	1590	1859-60	840
1837-38	1561	1860-61	1344
1838-39	1198	1861-62	1105
1839-40	1314	1862-63	1026
1840-41	1354	1863-64	1015
1841-42	1120	(b)	
1842-43	859	1864-65	750
1843-44	1042	1865-66	453

(a) Início da concessão de lactações aos filhos de mães pobres que os não pudessem aleitar.

(b) Encerramento da roda.

FONTE: OSÓRIO, José Frutuoso Ayres de Gouvês, *Novas providências e documentos acerca dos expostos...*, 1866, pp. 102-103.

**QUADRO 18: PROFISSÕES DOS PAIS DOS ILEGÍTIMOS
BAPTIZADOS EM CEDOFEITA (1861-62)**

PROFISSÃO	N.º	PROFISSÃO	N.º
Mendigo	1	Marchante	1
Soldado	13	Vendeiro	1
Sapateiro	1	Pintor	1
Alfaiate	1	Tenente	1
Alquilador	1	Trabalhador	1
Negociante	2	Criado	1
Ferreiro	4	Carreção	2
Fabricante	4	Cigarreiro	1
Alferes	1	Jornaleiro	1
Lampianista	2	Boleiro	1
Picheleiro	1	Empregado	1
Serralheiro	1	Padeiro	1
Cordoeiro	1	Escrevente	
Ourives	1		
		TOTAL	48
		PROFISSÃO INDET.	34
		TOTAL	82

FONTES: ADP, S.R.C., Ced., *Bapt.*, Livros 10 e 11

QUADRO 19: PROFISSÕES DAS MÃES SOLTEIRAS QUE FIZERAM O PARTO NO HOSPITAL DE SANTO ANTÓNIO EM 1860

PROFISSÃO	N.º	PROFISSÃO	N.º
Criada	55	Doméstica	3
Costureira	22	Fiandeira	5
Dobadeira	8	«Feitora de lumes prontos»	1
Tecedeira	5	Peixeira	1
Meretriz	5	Vendedeira	3
Padeira	1	Lavadeira	1
Jornaleira	5	Carrereira	1
Gaspeadeira	1		
Cardadeira	3		
		TOTAL	120
		PROF. INDET.	15
		TOTAL	135

FONTE: ADP, S.R.C., Hospital de Santo António, *Baptismos*, Livro 2.

QUADRO 20: IDADE AO 1.º CASAMENTO EM CEDOFEITA (1860-62) POR SEXOS

SEXOS	IDADE MÉDIA
M	27.4
F	26.7

FONTE: ADP, S.R.C., Ced., *Casamentos*, Livros 6, 7 e 8.

QUADRO 21: IDADES AO 1.º CASAMENTO SEGUNDO AS CATEGORIAS SOCIO-PROFISSIONAIS DOS NOIVOS EM 1861-62 (FREGUESIAS DE CEDOFEITA, VITÓRIA E S. NICOLAU)

SEXO	CATEGORIAS SOCIO-PROFISSIONAIS							
	PROPRIETÁRIOS	NEGOCIANTES	PROFISSÕES LIBERAIS	ARTESÃOS	CAIXEIROS	FABRICANTES	TRABALHADORES	CRIADOS
H	39.6	29.8	30.0	24.7	24.6	25.4	30.2	28.5
M	30.3	24.5	22.9	25.2	22.6	25.6	26.9	26.5

FONTE: A.D.P., S.R.C., *Livros de registo de casamentos* (Vitória — 10 e 11; S. Nicolau — 12 e 13; Cedofeita — 7 e 8)

QUADRO 22: SECTORES DE ACTIVIDADE E ESTRUTURA SOCIO-PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO DE CEDOFEITA EM 1848

SECTORES DE ACTIVIDADE E PROFISSÕES	N.º	%
1. SECTOR PRIMÁRIO:	60	5.84
1.1. AGRICULTURA	60	5.84
a) Lavrador	13	1.26
b) Seareiro	18	1.75
c) Caseiro	2	0.19
d) Hortelão	25	2.43
e) Jardineiro	1	0.10
f) Criado de lavoura	1	0.10
2. SECTOR SECUNDÁRIO:	423	41.15
2.1. CONSTRUÇÃO CIVIL	51	4.96
a) Trolha	7	0.68
b) Pedreiro	17	1.65
c) Pintor	7	0.68
d) Escultor	2	0.19
e) Carpinteiro	14	1.36
f) Entalhador	1	0.10
g) Caleiro	2	0.19
h) Vidraceiro	1	0.10
2.2. ALIMENTAÇÃO	15	1.46
a) Padeiro	11	1.07
b) Doceiro	2	0.19
c) Torrefacção de café	2	0.19
2.3. VESTUÁRIO, TÊXTEIS E CALÇADO	215	20.91
a) Alfaiate	21	2.04
b) Sapateiro	50	4.86
c) Cardador	1	0.10
d) Chapeleiro	1	0.10
e) Tintureiro	6	0.58
f) Toalheiro	1	0.10

SECTORES DE ACTIVIDADE E PROFISSÕES	N.º	%
g) Tamanqueiro	9	0.88
h) Torcedor	10	0.97
i) Tecelão	4	0.39
j) «Fabricante»	112	10.89
2.4. METALURGIA	59	5.74
a) Serralheiro	12	1.17
b) Ferreiro	31	3.02
c) Funileiro	6	0.58
d) Latoeiro	2	0.19
e) Pregueiro	6	0.58
f) Abridor	2	0.19
2.5. OURIVESARIA	7	0.68
a) Ourives	7	0.68
2.6. CONSTRUÇÃO NAVAL E CORDOARIA	9	0.88
a) Carpinteiro de navios	1	0.10
b) Calafate	1	0.10
c) Cordoeiro	7	0.68
2.7. MOBILIÁRIO	7	0.68
a) Marceneiro	5	0.49
b) Torneiro	2	0.19
2.8. OLARIA	3	0.29
a) Oleiro	2	0.19
b) Santeiro	1	0.10
2.9. ARMAS	7	0.68
a) Espingardeiro	5	0.49
b) Coronheiro	2	0.19
2.10. OUTROS OFÍCIOS	21	2.04
a) Tanoeiro	1	0.10
b) Tipógrafo	4	0.39
c) Penteeiro	2	0.19
d) Retratista	1	0.10
e) Violeiro	1	0.10
f) Canastreiro	2	0.19

SECTORES DE ACTIVIDADE E PROFISSÕES	N.º	%
g) Escoveiro	1	0.10
h) Peneireiro	1	0.10
i) Segeiro	2	0.19
j) Tabaqueiro	6	0.58
2.11. TRABALHADORES INDIFERENCIADOS	29	2.82
3. SECTOR TERCIÁRIO:	365	35.51
3.1. COMÉRCIO	160	15.56
a) Negociante	44	4.28
b) Loja de peso	55	5.35
c) Tendeiro	13	1.26
d) Boticário	5	0.49
e) Cortador/talho	16	1.56
f) Adeleiro	2	0.19
g) Casa de comidas	5	0.49
h) Casa de bebidas	1	0.10
i) Madeireiro	1	0.10
j) Livreiro	1	0.10
k) Botequineiro	2	0.19
l) Vendedor de palha	1	0.10
m) Peixeiro	3	0.29
n) Almocreve	6	0.58
o) Caixeiro	5	0.49
3.2. TRANSPORTES	8	0.78
a) Barqueiro	1	0.10
b) Carreteiro	2	0.19
c) Alquilador	1	0.10
d) Marítimo	2	0.19
e) Matula	2	0.19
3.3. SERVIÇOS	197	19.16
a) Barbeiro	13	1.26
b) Médico Cirurgião	12	1.17
c) Professor	10	0.97
d) Escrivão	12	1.17
e) Funcionário administrativo	30	2.92
f) Telegrafista	2	0.19
g) Correio	5	0.49
h) Juiz/desembargador	11	1.07
i) Empregados do Contrato do Tabaco e Sabão	14	1.36
j) Procurador	20	1.95

SECTORES DE ACTIVIDADE E PROFISSÕES	N.º	%
k) Empregados da Academia	2	0.19
l) Empregados do Hospital	2	0.19
m) Criados e serventes	16	1.56
n) Tabelião/Carturário	7	0.68
o) Funcionário da Alfândega	15	1.46
p) Advogado	4	0.39
q) Coveiro	1	0.10
r) Guarda-carros	2	0.19
s) Portageiro	1	0.10
t) Guarda-livros/corrector	12	1.17
u) Lampianista	6	0.58
4. OUTROS	180	17.51
a) Capitalista	2	0.19
b) Proprietário	20	1.95
c) Forças Armadas	133	12.94
d) Clero	19	1.85
e) Mendigos	6	0.58
5. INDETERMINADOS	325	(16.78)
6. MULHERES	583	(30.11)
TOTAL SEM INDET. E MULHERES	1028	100.00
TOTAL	1936	

FONTE: *Rol de Confessados de 1848*

NOTA: Consideradas as profissões do cabeça de casal. Não incluídos os estrangeiros, nem os que vivem em instituições (quartel, colégio, etc.).

QUADRO 23: SECTORES DE ACTIVIDADE DA POPULAÇÃO DE CEDOFEITA (1848) EM COMPARAÇÃO COM OUTRAS LOCALIDADES (em %)

SECTORES DE ACTIVIDADES	CEDOFEITA (1848)	VITÓRIA (a) (1827)	FIGUEIRA DA FOZ (b) (1838)	LONDRES (c) (1851)
PRIMÁRIO	7.08	—	10.0	2.02
SECUNDÁRIO	49.88	67.00	24.6	51.40
TERCIÁRIO	43.04	33.00	65.2	46.57
TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: (a) AHMP, *Lista de fogos*, mss. n.º 1828
 (b) CASCÃO, Rui, «RHES», n.º 15, p. 114
 (c) BÉDARIDA, F., «Annales ESC», Mar.-Abr. 1968, p. 278

NOTA: Considerados para Cedofeita os cabeças de casal masculinos; para a Vitória, a população masculina de uma parte da freguesia; para Londres e Figueira da Foz, a população activa masculina.

QUADRO 24: CÓDIGO SOCIO-PROFISSIONAL E CLASSIFICAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO DE CEDOFEITA EM 1848

CÓDIGO	CLASSES E GRUPOS PROFISSIONAIS	N.º	%
1.	<i>CLASSES SUPERIORES: Alta e média burguesia</i>	155	15.08
1.1.	Proprietários	26	2.53
1.2.	Quadros Superiores da administração	28	2.72
1.3.	Quadros Superiores das Forças Armadas	29	4.28
1.4.	Negociantes e Capitalistas	44	4.28
1.5.	Profissões liberais	23	2.24
1.6.	Clero	5	0.49
2.	<i>CLASSES MÊDIAS: Pequena burguesia</i>	454	44.16
2.1.	Lavradores e seareiros	32	3.11
2.2.	Mestres artesãos	179	17.41
2.3.	Pequeno e médio comércio estabelecido	105	10.21
2.4.	Patentes médias das Forças Armadas	13	1.26
2.5.	Empregados da administração e serviços	84	8.17
2.6.	Caixeiros e guarda-livros	22	2.14
2.7.	Outros	19	1.94
3.	<i>CLASSES POPULARES</i>	419	40.76
3.1.	Comércio ambulante, carreteiros e barqueiros	21	2.04
3.2.	Trabalhadores rurais	28	2.72
3.3.	Oficiais dos ofícios	122	11.87
3.4.	Operários («Fabricantes» e «trabalhadores»)	119	11.58
3.5.	Criados e serventes	23	2.24
3.6.	Soldados	91	8.85
3.7.	Outros	15	1.46
4.	INDETERMINADOS	325	(24.02)
	TOTAL SEM INDETERMINADOS	1028	100.00
	TOTAL	1353	

FONTE: *Rol de Confessados de 1848*

QUADRO 25: DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS COLEC-TÁVEIS EM CEDOFEITA (1847)

RENDIMENTOS	N.º DE CASOS	%
0 — 99	[916]	[67.70]
100 — 499	308	22.76
500 — 999	65	4.80
1000 — 1999	44	3.25
2000 — 3999	15	1.11
400 e -	5	0.37
TOTAL	1353	100.00

FONTE: A.H.M.P., *Recenseamento eleitoral, 1847*